

A fase 2 só deveria ser discutida em 84

por Mário de Almeida
de Paris

A estratégia brasileira apresentada pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ao grupo do "advisory committee", de Nova York — e recebida com relativa resignação pelos grandes bancos internacionais —, previa, segundo apurou este jornal, uma nova rodada de entendimento com os credores, a partir de março do ano que vem, para rolar os compromissos de 1985 e de 1986 com cinco anos de carência e nove para pagar o principal.

A revelação desse acerto implícito, conhecido da cúpula econômica em Brasília, estava programado para as primeiras semanas de janeiro, depois que os credores médios e pequenos, em especial dos Estados Unidos, tivessem absorvido uma bateria de boas novas, entre as quais a aprovação do programa brasileiro pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a conclusão do empréstimo-jumbo que vai fechar o balanço de pagamentos deste ano, a eliminação dos atrasados comerciais e financeiros e, por fim, a confirmação de um saldo comercial respeitável.

É seguro que os pequenos bancos norte-americanos não estão preparados para uma nova mudança das regras do jogo antes que possam, eles próprios, fechar o balanço de 1983 com números satisfatórios.

Os países europeus e o Japão podem discutir uma composição com o Brasil que inclua os juros — seria na verdade a moratória negociada que reclama a oposição. Mas, nos Estados Unidos, essa alternativa não pode ser considerada sem que o governo preste alguma forma de ajuda ao sistema financeiro.

Numa palavra, a viagem da moratória negociada não assusta os europeus e os grandes americanos. A questão do ritmo tem a ver também com a realidade interna brasileira. No entanto, para o economista Celso Furtado, em entrevista publicada nesta terça-feira, na primeira página do vespertino *Le Monde*, as coisas marcham em outra direção. "É tarde demais para um entendimento (com os banqueiros)." "A solução é uma moratória unilateral por três anos."